

Acordo do Brasil com FMI tem metas de superávit com e sem Petrobras

Acerto permite excluir do resultado público primário investimento da estatal

Vivian Oswald e Martha Beck

• BRASÍLIA. O governo brasileiro conseguiu convencer o Fundo Monetário Internacional (FMI) a tirar do cálculo do resultado das contas públicas os investimentos da Petrobras. Mudar esse critério era uma reivindicação antiga da equipe econômica, que reclamava da diferença de tratamento do Fundo para as contas de países em desenvolvimento e mais ricos. Embora tenha mantido a meta de R\$ 34,1 bilhões para o superávit primário do setor público de janeiro a setembro deste ano, ela poderá ser reduzida no limite do total de investimentos da Petrobras em 2002.

A novidade foi incluída no Memorando de Política Econômica da terceira revisão do acordo com o FMI até setembro deste ano, divulgado ontem. O país passará a ter duas metas de superávit: a do setor público sem a Petrobras, de R\$ 31 bilhões, e outra com a Petrobras, de R\$ 34,1 bilhões. A expectativa é que a estatal tenha superávit primário de R\$ 3,1 bilhões de janeiro a setembro. Se o resultado não for alcançado devido a investimentos da empresa, a diferença poderá ser descontada da meta.

Novo critério pode ser usado em futuros acordos

A nova forma de calcular o superávit não altera as metas que o governo terá de cumprir até setembro. O novo critério, no entanto, lança as bases para que futuros acordos com o

Novos números acertados com o Fundo

A TERCEIRA REVISÃO DO ACORDO

METAS DO BRASIL

Superávit primário do setor público consolidado*

Com Petrobras R\$ 34,1 bilhões

Sem Petrobras R\$ 31 bilhões

Meta anterior R\$ 34,1 bilhões

*Até setembro

Metas de inflação foram mantidas

Até junho 5,3% Podendo chegar a 7,3%

Até setembro 4,2% Podendo chegar a 6,2%

Reservas internacionais líquidas

Hoje US\$ 15 bilhões

Meta anterior US\$ 20 bilhões

O CENÁRIO PREVISTO

Para 2002

Crescimento do PIB

Entre 2% e 2,5%

Superávit da balança

comercial

US\$ 5 bilhões

Receitas de privatizações até

setembro

R\$ 7,676 bilhões

Dívida líquida do setor público

Até junho: R\$ 720 bilhões

Até setembro: R\$ 730 bilhões

TRADUZINDO O ECONOMISTA



Superávit primário:

diferença entre as receitas e as despesas, sem considerar os gastos com juros

Setor público consolidado:

são as contas do governo,

federal (Tesouro Nacional,

Banco Central, INSS),

estaduais e municipais mais

suas estatais

FONTE: Ministério da Fazenda